

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020**ARP nº.06/2020****PROCESSO nº. 0002651-79.2019.6.22.8000- SEI****PREGÃO ELETRÔNICO nº. 09/2020**

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ 14.410.553/0001-27**, com sede na Rua Gonçalves Dias, n. 948 - Bairro Olaria, CEP: 76.801-234, Município de _Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3229-8120, E-mail(s): acfmoreiralda@gmail.com, neste ato representada por **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 999982-SSP/RO e CPF 946.850.102-72, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 02 do Edital. Água mineral, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável - pacote com 12 unidades. Marca: MINALINDA	Garrafa 500 ml	70.520	0,47	33.144,40
Valor Total da ARP (R\$)					33.144,40



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo de **10 (dez)** dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita na Capital na Av. Presidente Dutra, 1889. Bairro Baixa União Porto Velho –RO, Telefone: 69 3211.2092 e, no interior do Estado, conforme orientações contidas no **Item 3.2** do Edital de Pregão Eletrônico nº. **09/2020** e **Item 2.2** – do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação respectivo.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses , a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão esta ARP ficará a cargo do titular da COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - COMAP e a Fiscalização será realizada pelos Chefes de Cartório e Seção de Almoxarifado - SEALM, na proporção de sua entrega, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências, conforme indicado no **Item 10** do Termo de Referência, Anexo do Edital de Licitação respectivo.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 30 de março de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/03/2020, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA, Usuário Externo**, em 30/03/2020, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/03/2020, às 11:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 31/03/2020, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 642020
Disponibilização: 31/03/2020
Publicação: 01/04/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços n.ºs. 05 a 08/2020, decorrentes do Pregão Eletrônico TRE-RO 09/2020/-TRE-RO. Processo SEI 0002651-79.2019.6.22.8000. 1ª) ARP n.º 05/2020 –

Adjudicatária: IMEISSEN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. CNPJ: 15.749.688/0001-84. Objetos: **I) Item 01 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: KAIARY. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 3.710, Vlr. Unit.: R\$ 0,95. Valor do item R\$ 3.524,50; **II) Item 03 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: LINDÁGUA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 8.090, Vlr. Unit.: R\$ 0,95. Valor do item R\$ 7.685,50; **III) Item 04 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: KAIARY. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 4.480, Vlr. Unit.: R\$ 1,03. Valor do item R\$ 4.614,40; **IV) Item 05 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: KAIARY. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 1.580, Vlr. Unit.: R\$ 1,03. Valor do item R\$ 1.627,40; **V) Item 17 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: KAIARY. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 2.040, Vlr. Unit.: R\$ 0,83. Valor do item R\$ 1.693,20. Valor total do fornecedor R\$ 19.145,00; 2ª) ARP n.º 06/2020 – **Adjudicatária: A. C. F. MOREIRA - ME. CNPJ: 14.410.553/0001-27.** Objeto: **I) Item 02 do Edital.** Água mineral, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável - pacote com 12 unidades. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 70.520, Valor Unit. R\$ 0,47. Valor do item R\$ 33.144,40. Valor total do fornecedor R\$ 33.144,40; 3ª) ARP n.º 07/2020 – **Adjudicatária: JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ: 14.983.730/0001-64.** Objeto: **I) Item 06 do Edital.** Água mineral, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: PURAGUA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 7.710, Valor Unit. R\$ 0,65. Valor do item R\$ 5.011,50. Valor total do fornecedor R\$ 5.011,50; 4ª) ARP n.º 08/2020 – **Adjudicatária: VICPER COM. DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI. CNPJ: 11.130.045/0001-05.** Objeto: **I) Item 07 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 2.880, Valor Unit. R\$ 0,81. Valor do item R\$ 2.332,80. **II) Item 08 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quant.: 2.670, Valor Unit. R\$ 0,83. Valor do item R\$ 2.216,10. **III) Item 09 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 4.300, Valor Unit. R\$ 0,88. Valor do item R\$ 3.784,00. **IV) Item 10 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 5.210, Valor Unit. R\$ 0,80. Valor do item R\$ 4.168,00. **V) Item 11 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 1.920, Valor Unit. R\$ 0,82. Valor do item R\$ 1.574,40. **VI) Item 12 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 4.050, Valor Unit. R\$ 0,85. Valor do item R\$ 3.442,50. **VII) Item 13 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 4.670, Valor Unit. R\$ 0,85. Valor do item R\$ 3.969,50. **VIII) Item 14 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 1.840, Valor Unit. R\$ 1,05. Valor do item R\$ 1.932,00. **IX) Item 15 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 1.600, Valor Unit. R\$ 0,82. Valor do item R\$ 1.312,00. **X) Item 16 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 2.110, Valor Unit. R\$ 0,82. Valor do item R\$ 1.730,20. **XI) Item 18 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 2.270, Valor Unit. R\$ 0,89. Valor do item R\$ 2.020,30. **XII) Item 19 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 2.050, Valor Unit. R\$ 0,89. Valor do item R\$ 1.824,50. **XIII) Item 20 do Edital.** Água mineral natural, tipo sem gás, material embalagem plástico, tipo embalagem descartável. Marca: MINALINDA. Unid.: Garrafa 500ml, Quant.: 1.770, Valor Unit. R\$ 1,04. Valor do item R\$ 1.840,80. Valor total do fornecedor R\$ 32.147,10. Valor Total das ARP's: R\$ 89.448,00. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora-Geral do TRE-RO, em 30/03/2020 e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 31/03/2020, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 – INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto nº 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.250/2014, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Sistema de Registro de Preços, para eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de água mineral sem gás em garrafas plásticas de 500 ml, para atender às demandas decorrentes das Eleições 2020, por meio de Pregão Eletrônico com Registro de Preços do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2 – DO OBJETO

Aquisição de água mineral, sem gás, em garrafas plásticas de 500 ml, para atender às necessidades das unidades da Justiça Eleitoral na Capital e no interior do Estado, durante as Eleições 2020, devendo a contratada realizar a entrega no endereço de funcionamento dos Fóruns Eleitorais do interior, conforme respectivo item abaixo:

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade a ser licitada
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.	3710
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859.	46.720

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Seção de Almoxarifado, Porto Velho RO.	
3	Ji-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.	8090
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.	4480
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 – CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.	1580
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional – CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.	7710
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.	2880
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.	2670
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO	4300
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.	5210
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.	1920
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.	4050
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.	4670
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.	1840

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.	1600
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.	2110
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.	2040
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.	2270
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.	2050
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.	1770
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado. Porto Velho - RO.	23.800
			135.470

2.1 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

I - Água mineral natural sem gás;

II - Acondicionadas em garrafas plásticas de 500 ml, lacradas, embaladas em fardos de 6 ou 12 unidades;

III – Em razão da variedade de marcas e opções de água mineral inseridas no mercado, poderão ser aceitas garrafinhas cujo rótulo apresente peso líquido compreendido entre 495 e 510ml;

IV - Deverá ser em garrafa fabricada com plástico resistente, com tampa lacrada, com rótulo intacto, sem vazamentos, manchas, odores, furos, fissuras ou amasso;

V - Prazo de validade remanescente mínimo de 90 dias, a contar da data da entrega;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Garrafa contendo no rótulo o carimbo de aprovação do Ministério da Saúde e do DNPM, marca, nome da fonte, Portaria de Lavra do DNPM, selo do INMETRO, procedência e prazo de validade;

VII - As datas de envase e validade deverão vir gravadas no rótulo do produto ou na vedação das embalagens, conforme Portaria nº 470 de 24/11/99 do DNPM;

VIII - Deverá estar explícita na embalagem, a quantidade de nitrato que a água contém, uma vez que não será aceita proposta cujos valores de nitrato excedam a 10 mg/l;

IX - A água mineral fornecida deverá estar dentro dos padrões de exigência para consumo, estabelecidos pelos Departamentos de Vigilância Sanitária Municipal, Estadual e Federal.

X - Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

XI - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas acima informados.

XII - A empresa licitante deverá informar, necessariamente, a **MARCA** do produto ofertado, assim poderá ser verificado se o produto ofertado atende as exigências constantes neste Termo de Referência.

2.2. DOS LOCAIS DE ENTREGA

A contratada deverá realizar a entrega da água mineral, nos quantitativos empenhados, e nas condições informadas no item 2.1, diretamente no Fórum Eleitoral, cujos endereços estão relacionados abaixo:

item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado, Porto Velho RO.
3	Ji-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 – CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional – CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado. Porto Velho - RO.

Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas acima informados.

A empresa licitante deverá informar, necessariamente, a **MARCA** do produto ofertado, assim poderá ser verificado se o produto ofertado atende as exigências constantes neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Dos quantitativos de Mesários:

As seções eleitorais são compostas de 4 mesários, para os quais serão distribuídas 4 garrafinhas de água mineral de 500 ml, cada, por componente de mesa, garantindo-lhes o consumo de 2 litros de água durante o período em que estiverem atendendo o eleitor, das 8 às 17h, do domingo de eleição.

De acordo com informações divulgadas no site da Justiça Eleitoral no link: <http://intranet.tre-ro.gov.br/zonas>, o número atualizado de seções eleitorais até o dia 10/12/2019, está lançado na planilha abaixo, na qual verificamos a quantidade de seções por Zona Eleitoral, do quantitativo podemos ter uma noção aproximada do número de mesários que serão convocados pela Justiça Eleitoral para atuar nas Eleições 2020:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ZONA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES
1ª	GUAJARÁ-MIRIM	20	128
	NOVA MAMORÉ	13	66
2ª	ITAPUÃ DO OESTE	6	24
	PORTO VELHO	38	373
3ª	JI-PARANÁ	21	116
	PRESIDENTE MÉDICI	16	79
4ª	VILHENA	31	239
5ª	COSTA MARQUES	7	37
	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	9	45
6ª	PORTO VELHO	38	314
7ª	ARIQUEMES	28	263
8ª	CABIXI	5	24
	CHUPINGUAIA	8	29
	COLORADO DO OESTE	12	98
9ª	PIMENTA BUENO	24	121
	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3	13
10ª	JARU	17	165
11ª	CACOAL	44	245
	MINISTRO ANDREAZZA	6	26
12ª	ESPIGÃO DO OESTE	26	96
13ª	OURO PRETO DO OESTE	14	117
	TEIXEIRÓPOLIS	2	16
15ª	CASTANHEIRAS	2	12

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	7	50
	NOVO HORIZONTE DO OESTE	2	30
16ª	CEREJEIRAS	6	61
	CORUMBIARA	6	29
	PIMENTEIRAS DO OESTE	1	8
17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	21	80
18ª	ALVORADA DO OESTE	10	77
	URUPÁ	5	35
19ª	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	4	31
	PARECIS	6	16
	SANTA LUZIA D'OESTE	6	33
	SÃO FELIPE D'OESTE	6	24
20ª	PORTO VELHO	44	336
21ª	CANDEIAS DO JAMARI	10	62
	PORTO VELHO	18	188
25ª	ALTO PARAÍSO	9	45
	MONTE NEGRO	6	39
26ª	CACAULÂNDIA	4	18
	CUJUBIM	5	36
	RIO CRESPO	1	10
27ª	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	6	32
	THEOBROMA	6	32
28ª	MIRANTE DA SERRA	4	35
	NOVA UNIÃO	4	22
	VALE DO PARAÍSO	5	25
29ª	ROLIM DE MOURA	16	159
30ª	JI-PARANÁ	28	232
32ª	MACHADINHO D'OESTE	19	96
	VALE DO ANARI	4	21
34ª	BURITIS	13	79
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	5	28



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35 ^a	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	5	57
	SERINGUEIRAS	7	37
		689	4709

Fonte <http://intranet.tre-ro.gov.br>, acesso em 10/12/2019.

3.2. Dos quantitativos de Colaboradores

Durante o pleito as Zonas Eleitorais convocam para trabalhar nos locais de votação os monitores que prestam auxílio direto aos eleitores, em ambiente externo à seção eleitoral, auxiliam os mesários, se necessário, mantendo a comunicação direta com o chefes de cartórios. Dependendo do local de votação, a realidade de determinadas instalações é de carência, pois nem todas possuem estrutura própria suficiente para receber uma grande quantidade de pessoas no dia da eleição, todavia cumprem seu dever perante o Estado, disponibilizando as escolas ou outros prédios públicos para comportar as seções eleitorais. Nem todos esses ambientes possuem bebedouros com água mineral para o consumo dos colaboradores a serviço da Justiça Eleitoral. Há locais em que os próprios colaboradores levam sua água de casa. Não é intenção da JE impor ônus aos seus colaboradores, muitos dos quais são voluntários. Assim, na medida do possível, fornecemos-lhes 4 garrafinhas de água mineral contendo 500ml, cada.

De acordo com informações divulgadas no site da Justiça Eleitoral no link: <http://intranet.tre-ro.gov.br/zonas>, o número atualizado de seções eleitorais até o dia 10/12/2019 está lançado na planilha abaixo, na qual verificamos a quantidade de locais de votação, por Zona Eleitoral, do quantitativo podemos ter uma noção aproximada da quantidade de monitores que serão convocados pela Justiça Eleitoral para atuar nas eleições 2020.

3.3. Da memória de cálculo das quantidades

a) Dos mesários

O cálculo dos quantitativos de cada Zona Eleitoral foi feito da seguinte forma, a quantidade total de Seções Eleitorais foi multiplicado por 4 (quatro) mesários, sendo ainda multiplicado por 4 garrafas de água de 500 ml para cada um destes mesário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ex: 1ª ZE= seções (194) x Mesários (4) x Garrafas de água (4) =
3.104 unidades

b) Dos colaboradores

Foi estimado o quantitativo dos colaboradores da Justiça Eleitoral, consistente na quantidade de locais de votação multiplicado por 2 (dois) colaboradores que permanecerem no local, multiplicado por quatro garrafas de água mineral para cada um deles para consumo durante todo o dia de domingo de eleição, obtendo-se a quantidade a ser adquirida.

Ex: 1ª ZE - Locais de votação (33) x Colaboradores (2) x Garrafas de água (4) = **264 unidades**

c) ACRÉSCIMO DE 10% DE MARGEM DE SEGURANÇA EM RAZÃO DO QUANTITATIVO DE SEÇÕES QUE SERÃO INSTALADAS EM 2020.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020 - Eleições, e vem ao encontro DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Adotar-se-á

como

Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se às políticas, aos métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-RO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n.º 425/2017, de 07.07.2017.

Adota-se como medida de sustentabilidade a atuação do Núcleo Socioambiental para fomentar as ações que estimulem a conscientização e destinação ambientalmente correta dos resíduos a partir do PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2019/2025 (0487239).

6 - DO REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE

Não há, neste Tribunal, registro de preços vigentes para aquisição deste produto.

Importante alertar que por se tratar de registro de preços, o quantitativo licitado não obriga a Administração a adquirir o quantitativo total. A aquisição dar-se-á de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Inicialmente pretende-se adquirir o mínimo necessário para atender o 1º turno das Eleições. A segunda parcela de aquisição dependerá da ocorrência ou não de 2º turno. Os Chefes de Cartório serão consultados antes da emissão de Nota de Empenho da quantidade exata de seções e locais de votação visando fornecer as garrafinhas de água mineral aos seus mesários e monitores, respeitando-se o limite acima de 4 garrafinhas por pessoa. De acordo com experiências de contratações deste objeto, ocorreu de alguns cartórios não manifestarem interesse no recebimento das garrafinhas de água, por considerarem que os locais de votação de sua circunscrição são bem estruturados e abastecidos com água mineral para o consumo. Diante dessa provável manifestação, não haverá aquisição para esses locais.

6.1 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

É conveniente para a Administração que o material ora solicitado seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

1. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que esteja liberado o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em maior eficiência e celeridade nas atividades administrativas.
2. A quantidade é meramente estimativa. Isso porque ainda será necessário definir o número exato de seções com as agregações e também não é possível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

definir com exatidão o número de mesários e colaboradores, visto que uma parte das pessoas convocadas solicitam dispensa por motivos diversos, alguns amparados pela legislação vigente. Além disso, não é possível prever se haverá segundo turno. A impossibilidade de se prever com exatidão o quantitativo, torna necessária a adoção do SRP.

Dadas às circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

6.2. DO REGISTRO DE “IRP”

Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a COMAP manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços, eles deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- I – quantitativo total;
- II – quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);
- III – cronograma de aquisição;
- IV – endereço completo do local de entrega;
- V – disponibilidade orçamentária;
- VI – responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

Com relação ao item II acima e considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado por este TRE/RO no cronograma previsto item 7.2 deste TR.

6.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 -** e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

VI - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

7 – DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado desta contratação é de **R\$ 142.971,60** (cento e quarenta e dois mil novecentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

O valor acima foi obtido estimando-se entre R\$ 1,05 e R\$ 1,14 o valor da garrafinha de água mineral 500ml, decorrente de pesquisa de mercado realizada por meio do sistema BANCO DE PREÇOS e mercado local, conforme planilha abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade a ser licitada	PREÇO 1 (0493051)	PREÇO 2 (0493051)
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.	3.710	R\$0,83	R\$0,99
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado, Porto Velho RO.	46.720	R\$0,83	R\$0,99
3	Ji-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.	8.090	R\$0,83	R\$0,99
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.	4.480	R\$0,83	R\$0,99
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 – CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.	1.580	R\$0,83	R\$0,99
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional – CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.	7.710	R\$0,83	R\$0,99
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.	2.880	R\$0,83	R\$0,99
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.	2.670	R\$0,83	R\$0,99
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000,	4.300	R\$0,83	R\$0,99

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Bairro: Setor 02, Jaru - RO			
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.	5.210	R\$0,83	R\$0,99
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.	1.920	R\$0,83	R\$0,99
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste - RO.	4.050	R\$0,83	R\$0,99
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.	4.670	R\$0,83	R\$0,99
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.	1.840	R\$0,83	R\$0,99
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.	1.600	R\$0,83	R\$0,99
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.	2.110	R\$0,83	R\$0,99
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.	2.040	R\$0,83	R\$0,99
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.	2.270	R\$0,83	R\$0,99
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.	2.050	R\$0,83	R\$0,99

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.	1.770	R\$0,83	R\$0,99
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almojarifado. Porto Velho - RO.	23.800	R\$0,83	R\$0,99
			135.470		

Ressalte-se, mais uma vez, que o valor é meramente estimativo e que a efetiva contratação depende de vários fatores, dentre os quais a real necessidade no momento do pleito e a disponibilidade de recursos orçamentários, observado o cronograma de execução, **item 7.2** deste instrumento.

O TRE-RO não se obriga a contratar o quantitativo estimado.

7.1. DA ADERÊNCIA AO ORÇAMENTO

A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

ORÇAMENTO	PLANO INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	VALOR
Pleito 2020	MES ALIMEN1	Alimentação Mesários e Escrutinadores	39.000,00
Pleito 2020	MES ALIMEN2	Alimentação Mesários e Escrutinadores	5.000,00

Acerca da indicação de parte da fonte está pendente de definição pelo orçamento de 2020, entendemos não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação.

7.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS

Por se tratar de fornecimento de bens de consumo, que deverão ser executados conforme necessidades deste órgão e que o levantamento foi efetuado com base em estimativa de consumo, a contratação deve ser feita através de Sistema de Registro de Preços.

De modo que as quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante da validade a Ata de Registro de Preços, podendo realizar a contratação nos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item. Podendo, ainda, em razão da restrição orçamentária, não haver contratação para determinados municípios.

Nessas circunstâncias, buscar-se-á efetivar as contratações da seguinte forma:

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.	3
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado, Porto Velho RO.	4
3	Ji-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.	8
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.	4
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 – CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.	1
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional – CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.	7

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.	2
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO.	2
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO	4
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.	5
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.	1
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.	4
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.	4
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.	1
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.	1
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.	2
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.	2
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.	2
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.	2
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.	1
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almocharifado. Porto Velho - RO.	2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

Tratam-se bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, opinamos que seja adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, para formação registro de preços, do tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado, consoante as condições definidas neste TR.

8.1. DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

Considerando que o valor total dos itens estimados para a contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

Por sua vez, essa medida não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que contratações similares foram realizadas com empresas dessa categoria econômica.

8.2. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:

O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, a respectiva **MARCA** dos objetos ofertados.

O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item (rótulo), assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.

8.3. DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS: Independentemente da alínea anterior, ocorrendo justificada dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o Pregoeiro se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta.

O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

8.4. DAS HABILITAÇÕES EM GERAL

8.4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:

Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste termo de referência.

8.4.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;

regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ).

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93, e, adicionalmente:

1. A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

2. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

2. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

4. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

5. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

6. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10 – DO CONTRATO

1. O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.
2. Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).
3. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.
6. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.1. DAS OBRIGAÇÕES

A Administração se obriga a:

I - Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

II - Promover, através dos fiscais dos contratos, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, notando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

III - Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidos neste instrumento;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

VIII - Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN 04/2011 deste TRE-RO, para valores acima da modalidade convite, o recebimento definitivo será feito por Comissão designada pelo Presidente do TRE-RO.

IX - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

- a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- b) Produtos em embalagem não original do fabricante;
- c) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;
- d) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou propriedades para o uso.

X - Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

- a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;
- b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

8.2. Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e edital, respectivamente, obriga-se a futura contratada a:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

a.1) O material solicitado deverá ser entregue nos endereços indicados neste Termo de Referência.

a.2) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Almoxarifado.

b) Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia consecutivo, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação.

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento injustificado das obrigações de entrega e de substituição de produto recusado sujeita a Contratada à multa de 1% ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o valor da Nota de Empenho, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

- a) Primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- b) Segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da despesa, e esta já houver sido emitida;
- c) Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- d) Quarto atraso injustificado de até 1 (um) dia caracterizará como inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução;

Se a contratada ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

10 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão do contrato será realizada pela COMAP, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A Fiscalização do contrato será realizada pelos Chefes de Cartório e SEALM, na proporção de sua entrega, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

11 – ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

I – Pesquisa de preço realizada no âmbito da Administração Pública/Mercado ([0493045](#), [0493046](#) e [0493051](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 03/01/2020, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002651-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Análise final - Pregão Eletrônico nº 09/2020 – **Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de água mineral sem gás em garrafas plásticas de 500 ml, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades decorrentes das Eleições 2020.**

PARECER JURÍDICO Nº 45 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial - SEAP, objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral** em garrafões de 20 litros cada, mediante requisição e troca de garrafões vazios por garrafões cheios, para atender as unidades da Justiça Eleitoral nesta Capital, com entrega no endereço de funcionamento da Sede do Tribunal, Av. Presidente Dutra, nº 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho/RO ([0473943](#)).

02. Após regular tramitação, esta Assessoria Jurídica aprovou minuta do Edital ([0506438](#)) conforme Parecer Jurídico nº 30/2020-PRES/DG/AJDG ([0506790](#)).

03. Em seguida, publicou-se o extrato do Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2020 ([0508087](#)), consoante documentos comprobatórios de sua divulgação juntada aos autos ([0509203](#)).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

05. Ademais, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame, a saber:

a) Relatório de Propostas – Comprasnet ([0516198](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) documentos de habilitação das empresas A.C.F. MOREIRA, IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI, IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI, JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA. e VICPER COM. DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI ([0515451](#), [0515452](#), [0515453](#) e [0515454](#))

c) Ata do pregão nº 09/2020 ([0515467](#));

d) resultado da licitação por fornecedor ([0515466](#));

e) Termo de adjudicação ([0515468](#));

f) Resultado de licitação ([0515482](#)); e

g) Comprovante da publicação do resultado de julgamento no D.O.U e DJE de 20/3/2020 ([0516174](#)).

06. Por fim, veio aos autos o Relatório do Pregoeiro descrevendo as principais ocorrências do certame ([0516219](#)). É o necessário relato.

II - DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020.

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se o cumprimento do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/2019, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02.

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados no sistema COMPRASNET ([0516198](#)) e na Ata do Pregão ([0515467](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Fase de negociação/aceitação: O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro, cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Item deserto: Não houve.

g) Fase de Habilitação: O Pregoeiro declarou habilitada as licitantes 11.130.045/0001-05 - VICPER COM. DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI ([0515454](#)); 14.410.553/0001-27 - A.C.F. MOREIRA ([0515451](#)); 14.983.730/0001-64 - JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA ([0515453](#)) e 15.749.688/0001-84 - IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI ([0515452](#)).

h) Recursos: Não houve.

10. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.

11. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se uma economia.

12. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

13. Desse modo, conclui-se que o **procedimento transcorreu regularmente**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0515467](#)).

III - DA CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contornos do Termo de Adjudicação ([0515468](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 24/03/2020, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002651-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Análise final - Pregão Eletrônico nº 09/2020 – **Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de água mineral sem gás em garrafas plásticas de 500 ml, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades decorrentes das Eleições 2020.**

PARECER JURÍDICO Nº 46 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, com o objetivo de eventual **aquisição de água mineral sem gás em garrafas plásticas de 500 ml**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades decorrentes das Eleições 2020 ([0473943](#)).

02. Após regular tramitação, esta Assessoria Jurídica aprovou minuta do Edital ([0506438](#)) conforme Parecer Jurídico nº 30/2020-PRES/DG/AJDG ([0506790](#)).

03. Em seguida, publicou-se o extrato do Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2020 ([0508087](#)), consoante documentos comprobatórios de sua divulgação juntada aos autos ([0509203](#)).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

05. Ademais, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame, a saber:

a) Relatório de Propostas – Comprasnet ([0516198](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) documentos de habilitação das empresas A.C.F. MOREIRA, IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI, IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI, JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA. e VICPER COM. DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI ([0515451](#), [0515452](#), [0515453](#) e [0515454](#))

c) Ata do pregão nº 09/2020 ([0515467](#));

d) resultado da licitação por fornecedor ([0515466](#));

e) Termo de adjudicação ([0515468](#));

f) Resultado de licitação ([0515482](#)); e

g) Comprovante da publicação do resultado de julgamento no D.O.U e DJE de 20/3/2020 ([0516174](#)).

06. Por fim, veio aos autos o Relatório do Pregoeiro descrevendo as principais ocorrências do certame ([0516219](#)). É o necessário relato.

II - DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020.

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se o cumprimento do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/2019, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02.

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados no sistema COMPRASNET ([0516198](#)) e na Ata do Pregão ([0515467](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Fase de negociação/aceitação: O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro, cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Item deserto: Não houve.

g) Fase de Habilitação: O Pregoeiro declarou habilitada as licitantes 11.130.045/0001-05 - VICPER COM. DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI ([0515454](#)); 14.410.553/0001-27 - A.C.F. MOREIRA ([0515451](#)); 14.983.730/0001-64 - JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA ([0515453](#)) e 15.749.688/0001-84 - IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI ([0515452](#)).

h) Recursos: Não houve.

10. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.

11. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se uma economia.

12. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

13. Desse modo, conclui-se que o **procedimento transcorreu regularmente**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0515467](#)).

III - DA CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contornos do Termo de Adjudicação ([0515468](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

15. Por erro material, torno sem efeito o Parecer jurídico 45 ([0517011](#)).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 25/03/2020, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002651-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 09/2020 – Contratação de **empresa especializada no fornecimento de água mineral** (garrafinhas de 500 ml).
Homologação.

DESPACHO Nº 411 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP ([0473943](#)) com o objetivo de efetuar aquisição de água mineral, garrafas plásticas de 500 ml, via Sistema de Registro de Preços, para atender às necessidades das unidades da Justiça Eleitoral na Capital e no interior do Estado, nas Eleições 2020 ([0473943](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico n. 09/2020 ([0508087](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0515467](#)); o Resultado por Fornecedor ([0515466](#)); Relatório do Pregoeiro ([0516219](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0515482](#)), Termo de Adjudicação ([0515468](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0516174](#)).

Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital, desclassificação de propostas e nem registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras as licitantes: 11.130.045/0001-05 - **VICPER COM.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DE MAT. DE CONST. E SERV. DE ENG. EIRELI, itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20, valor R\$ 32.147,10; 14.410.553/0001-27 - **A.C.F. MOREIRA**, item 2, valor R\$ 33.144,40; 14.983.730/0001-64 - **JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA**, item 6, valor R\$ 5.011,50; 15.749.688/0001-84 - **IMEISSEN COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, itens 1, 3, 4, 5 e 17, valor R\$ 19.145,00. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 89.448,00 ([0515482](#)).

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0515468](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0517256](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, de forma geral, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0515467](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 09/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0515468](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação, bem como diligenciar junto às licitantes vencedoras para atualização dos documentos de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 25/03/2020, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.